

MARCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS

CS

E AS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

numa perspectiva da autopoiese

OS BR

lúmus

*À memória de ausências de um passado, meu pai,
Embaixador António Baptista Martins,
E em homenagem aos presentes, Maria Inácia,
E gerações vindouras que um dia recordarão o futuro,*

*Ao sentido Académico em nome do saber e do ser,
no outro lado do espelho, observando o reflexo da vida,
Ao Professor José Adelino Maltez...*

Aos nossos alunos,

*“Ce qui importe, ce n'est pas d'arriver, mais d'aller vers.”
Antoine de Saint-Exupéry*

Índice

Nota prévia

I. Da Ordem Mundial à Era Trump 2.0

1.1 *Das ordens*

1.2 *Uma nova ordem mundial?*

1.3 *Era Trump 2.0*

II. A autopoiesis e as relações internacionais

2.1 *A sobrevivência e o lugar do Homem*

2.2 *Realidades, emoções e relações internacionais*

2.3 *A capacidade autopoietica no sistema internacional*

III. Da génese BRIC à realidade dos BRICS

3.1 *Jim O'Neill e o Sonho BRIC*

3.2 *A dimensão da realidade BRICS*

3.3 *BRICS e SCO: dinâmicas regionais*

IV. Aspirações de liderança global dos BRICS num mundo em mudança

4.1 *Potências em cooperação*

4.2 *Agenda comum*

4.3 *Uma nova dinâmica policêntrica nas relações internacionais*

V. Coexistência geoestratégica dos BRICS

5.1 *Coexistir*

5.2 *Perspectivas paradigmáticas*

5.2.1 *EUA versus BRICS*

5.2.2 *Uma política externa multi-vectorial: parcerias estratégicas UE - BRICS*

VI. Os limites da mudança & da transformação do sistema internacional

6.1 *Mudar sem transformar*

6.2 *Responsibility to Protect – R2P*

6.3 *Policentrismo político: unidade impossível?*

Bibliografia

Nota Prévía

Importa, neste estudo dos BRICS,¹ cujo tema remonta à minha tese de doutoramento em Relações Internacionais, defendida no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, já no longínquo ano de 2010, tendo, posteriormente, aprofundado em investigação, numa fase inicial no Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI) e, dando continuidade no Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), além da contínua colaboração nesta e em matérias satélites junto do Instituto do Oriente.

A investigação iniciada sobre os BRICS, devo-a ao meu mestre, colega e amigo, no mesmo Instituto que na altura me desafiou a estudar o que ainda estaria por existir nesta área das Relações Internacionais, o Professor José Adelino Maltez. Aproveito, igualmente, saudar sem excepção os meus Professores e colegas, entre os quais o Professor Silvério Rocha Cunha, que me ensinaram a pensar e a acreditar em humildade científica, académica, traduzidos na realidade quotidiana.

Todavia, o presente livro traduz o culminar de alguns anos de investigação sobre o assunto, inserido e enquadrado numa perspectiva das Relações Internacionais e da *autopoiesis* de Humberto Maturana, para tentar compreender os vectores geoestratégicos e a dinâmica relacional à qual os BRICS se inserem e, particularmente, se estes alcançaram ou não os seus limites na vontade e na determinação de mudar o mundo, a ordem mundial, por outras palavras, de desempenhar e de outorgar um papel junto daqueles países que pretendem travar a hegemonia norte-americana e reformar o

¹ Este estudo foi realizado no Centro de Investigação de Ciência Política –centro avaliado com excelente (UID / CPO / 00758/2013), Universidade do Minho e apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Educação e Ciência através de fundos nacionais.

Nota: o autor não segue as regras estabelecidas pelo Acordo Ortográfico em vigor.

sistema financeiro vigente, tornando presente a memória de John Fitzgerald Kennedy ao destacar que *“a mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão com certeza perder o futuro.*

★

Precisamente, para não se perder o futuro, aproveito para agradecer em memória, aqueles que contribuíram para a minha existência, na procura de Cleópatra, ou seja, na procura de caminhos em nome da construção e contribuição para um mundo melhor, onde se viva e se sinta em concretização da obra, a liberdade de pensamento porque como dizia Fernando Pessoa, *“a maioria pensa com a sensibilidade, eu sinto com o pensamento. Para o homem vulgar, sentir é viver e pensar é saber viver. Para mim, pensar é viver e sentir não é mais que o alimento de pensar.”*

★

Agradeço, em memória passada, o meu pai que me permitiu olhar o mundo sob diversos ângulos e perspectivas, tendo a noção presente de que vivemos na *nossa casa comum*; à minha mãe pelo sentido de sacrifício no trilhar de caminhos e cruzamentos de vidas, sem nunca perder a recordação futura; à minha família, aos meus filhos, para que, sobretudo, encontrem o reflexo de uma vida do outro lado do espelho num mundo cada vez mais desumano, onde o lugar do Homem tende à descontinuidade da sua existência porque como salientava Jorge Luis Borges, *“todas as coisas do mundo, conduzem a um encontro ou a um livro”...*

Évora, 7 de maio de 2017

Marco António Baptista Martins

“Se no passado se vê o futuro, e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é futuro do passado, e o mesmo presente é o passado do futuro.”

Padre António Vieira

DA ORDEM MUNDIAL À ERA TRUMP 2.0

1.1 Das ordens

Num mundo que designaríamos pela sua característica crescente de procura de uma *não-polaridade* – conceito utilizado pelo Presidente do *Council on Foreign Relations* –, mas que qualificaríamos de resistência assimétrica onde se assiste à ascensão gradual de potências como o Brasil, a Rússia, a Índia, a República Popular da China e a África do Sul que formam o acrónimo BRICS cunhado por Jim O’Neill, cujos pontos de divergência consistem na diversidade política, social, cultural, religiosa e identitária de cada um dos países em questão e de convergência afiguram-se conexos em torno da capacidade económica e da incessante vontade de defender a soberania nacional, sem perturbar o sistema. Na ordem internacional colocam os Estados Unidos, na qualidade de ator estratégico, ao mesmo nível, o que naturalmente apagará as barreiras marcantes de superioridade e de inferioridade da visão básica ocidentalizada do mundo.

Na opinião de Tenzer (2013, pp.1170-1174), o fim da Guerra Fria conduziu à expansão das zonas de liberdade nas quais novos atores tiveram a possibilidade de penetrar tais como novos blocos regionais, organizações não-governamentais, universidades, círculos de pensamento e, sobretudo, empresas transnacionais. Acresce, todavia, o desenvolvimento súbito dos satélites da ex-União Soviética, dos países em desenvolvimento e paralelamente um incremento substancial dos conflitos localizados na arena internacional.

Apesar disso, no tempo dos conflitos mundiais e da Guerra Fria, as relações políticas e diplomáticas centravam-se no jogo internacional enquanto ultimamente as questões de influência e novas conquistas de mercado ocupam um lugar de primazia e central nas relações à escala global, indo para além das fronteiras dos estados e dos Direitos Humanos.

Portanto, a humanidade encontra-se perante uma alteração substancial, tendo assistido gradualmente a uma reconversão e/ou associação de atores em relação à ação que desenvolvem e ocupam. Os pesos económicos e financeiros acentuaram-se de tal

forma que as questões de índole política terminam por se circunscrever num espaço finito comparativamente à dimensão financeira ocupada e comandada pelo sector da geofinança. O problema contemporâneo da geofinança incide na procura de se transformar numa potência substituindo-se aos elementos da potência militar na clássica acepção do *hard power*. Procuram-se mercados inseridos numa ambição desmesurável de transformar constantemente as regras de jogo para que alguns actores sejam beneficiados.

Anotemos que a obrigação de conquista acompanha-se pela difusão do *soft power* na elaboração de uma nova cartografia geopolítica mundial onde o estado não necessita ditar ou sequer orientar as novas regras da finança, dado que os atores transnacionais integraram elementos que se vinculam ao nacionalismo, ao interesse nacional, defendendo estratégias que simplesmente correspondam a uma concepção particular do mundo na defesa das suas próprias vantagens através das ligações entre as *elites mundializadas* que se cruzaram nas mesmas universidades internacionais.

Consideramos, por um lado, a inexistência de identidade sem valor e valor sem identidade e, por outro lado a operabilidade das relações internacionais no sistema vivo onde interagem o ambiente interno de cada estado enquanto ator das relações internacionais com o ambiente externo localizado espacialmente à escala global; a defesa da soberania nacional para um estado, neste âmbito, inserido numa lógica de garantia de sobrevivência do ambiente interno, em termos sistémicos *autopoiéticos* e, no ambiente externo, do reforço da projeção de poder no sistema internacional.

Atribui-se que de entre os BRICS, o projeto de ascensão e domínio por parte da China na arena internacional baseia-se, como indica Fareed Zakaria (2008, p.113), na *universalidade do poder* que pode originar perturbações no equilíbrio do sistema interno político, económico e social, sendo por naturalmente imprescindível neste caso de proceder à distinção na esfera das relações internacionais por um lado, do objectivo e da aspiração (Wolfers, 1962, p.71) e, por outro lado, da vontade e da capacidade de atuar ou de projetar o poder, segundo a potência efetiva que se terá nesse preciso momento, dado a sua variabilidade.²

² Arnold Wolfers (1962, p.71) refere o seguinte: “Therefore an aspiration will not be turned into a policy goal unless it is sufficiently cherished by those who make and influence policy to justify the costs that its attainment is expected to require in terms of sacrifices.”

Observamos, assim, que a *dimensão utópica do projeto* de afirmação da China, num mundo em permanente regime de sobrevivência e de imprevisibilidade, se localize na sobretudo na capacidade de absorver a mundialização interna de que tem vindo a ser alvo ao longo da sua história.

Desde a queda do Muro de Berlim (1989), do desmoronamento da União Soviética (1991) e dos ataques do 11 de Setembro (2001) que o mundo tem constantemente ambicionado por uma nova ordem mundial que recolocasse o lugar do homem e das relações internacionais num equilíbrio entre a existência e o tempo. Assim, a primeira década do século XXI tem revelado, numa primeira fase liderada pela administração George W. Bush (2001-2009), uma realidade alicerçada numa perspectiva norte-americana da *realpolitik* por assistir via CNN ao fatídico dia 11 de Setembro de 2001, conhecido por 9/11, aos ataques executados pelos *poderes erráticos* (Moreira, 2002, pp.371-374) em Nova Iorque.

Numa segunda etapa, assumida pelo *leitmotiv* de “*Yes we can*” do primeiro Presidente afro-americano eleito em 2009, Barack Obama, a realidade tem vindo a projetar o mundo e o Homem para caminhos incertos de ordem aparentemente indefinível onde interagem regimes antagónicos pautados pela defesa de interesses ora convergentes ora divergentes, num mundo liderado, de momento, por uma única superpotência mundial, Estados Unidos da América, que detém a responsabilidade de conservar proeminentemente esta posição até ao colapso da mesma ora por assuntos de ordem interna como advoga Charles Krauthammer (1990/1991) ora por impossibilidade de manter o estatuto de primeira superpotência, não por questões políticas, mas, sobretudo, tendo em consideração o relativo custo económico, numa óptica de médio/longo prazo, o que inevitavelmente levaria à colocação junto da opinião pública da medição da legitimidade na definição e na execução da política externa com implicações domésticas com base na defesa de uma justificada *razão de Estado* na acepção clássica de Nicolau Maquiavel (1469-1527) e de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), concretamente na obra publicada a título póstumo *La Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte* (1709), na qual realça a importância da ligação da política com a religião na defesa do absolutismo por direito divino.

A esse propósito, Victor Marques dos Santos (2012, pp.165-166) evidencia que referente ao processo de formulação da política externa, esta sucede no ambiente doméstico do estado, ora a evocação da *razão de Estado*, confundida por vezes com a *razão do príncipe*, aplicar-se-ia no domínio da *power politics* dado que segundo Jean Bodin (1530-1596) na sua obra *Six Livres de la République* (1576) um estado soberano *não admite nenhum poder igual na ordem interna, nem um poder superior na ordem externa*.

Porém, nas relações internacionais a formação de alianças depende da homogeneidade (de estruturas e de princípios/valores semelhantes) ou da heterogeneidade (de estruturas e princípios/valores diferentes) do sistema e da capacidade de influência junto dos centros de decisão de outros actores (Aron, 1992).

Para além da multipolaridade ou da defesa da unipolaridade, emerge um outro sistema que, segundo Richard Nathan Haass (2008), Presidente do *Council on Foreign Relations*,³ se diferencia dos restantes por caracterizar-se pela não-polaridade e surgir num momento de combate à tendência e visão hegemónica ambicionada pelos Estados Unidos. Em contraste com a polaridade, a não-polaridade envolve múltiplos atores que dificultam a manutenção da estabilidade do sistema internacional por procurarem o exercício da sua influência na arena global. A instabilidade do sistema não-polar contribui para o incremento de ameaças no ambiente interno, tais como o terrorismo, as operações no mercado financeiro, o investimento, o comércio e atualmente as agências de *rating*, afectando conseqüentemente a estrutura do estado, dos sectores das finanças à política.

De outro modo, a não-polaridade perturba igualmente a diplomacia dos estados quer bilateral quer multilateral, resultante da imprevisibilidade das ameaças e da identificação de aliados ou potenciais adversários pelo facto de variarem o *modus operandi* conforme o ambiente em que se movem, cooperando ou não consoante o interesse que venham a deter nesse particular momento. Contudo, para além da bipolaridade, da multipolaridade, da unipolaridade emerge um outro sistema segundo Richard Haass,

³ Vide sítio oficial: Council on Foreign Relations in < <http://www.cfr.org/> > .

que se diferencia dos restantes por se caracterizar pela não-polaridade e que surge num momento de combate à tendência hegemónica ambicionada pelos Estados Unidos.⁴

Em contraste com a multipolaridade, a não-polaridade envolve múltiplos actores de fraca capacidade o que vem dificultar por um lado, a manutenção da estabilidade do sistema internacional, dado que estes actores procuram o exercício da sua influência na arena global e, por outro lado, a resposta colectiva de acção ou, simplesmente, travar o funcionamento institucional.

Refira-se que a instabilidade no sistema não-polar pode contribuir para o incremento de ameaças no ambiente interno, tais como o terrorismo, as operações no mercado financeiro, o investimento, a acção dos bancos centrais, o comércio, afectando a estrutura do estado, das finanças à política.

Aliás, a não-polaridade termina por perturbar o exercício diplomático dos estados quer bilateral quer multilateral, resultante da imprevisibilidade quer de ameaças e quer da identificação de aliados ou de adversários, por variarem consoante o ambiente no qual se movem, cooperando ou não consoante o interesse que venha a deter nesse particular momento e segundo o assunto, podendo a qualquer momento, se assim o entender cessar a mesma, e juntar-se a outro actor.

Com efeito, para Richard Haass, a não-polaridade institui um ambiente perturbador e perigoso, sendo necessário optar por uma cooperação multilateral no intuito de incrementar o grau de integração global na promoção da estabilidade, dado que na rede económica a interdependência provoca uma reacção ao nível institucional no sentido de que nenhuma instituição se encontre imune à realidade da economia global.

Note-se que no quadro da teoria da cooperação e da teoria dos jogos, Robert Axelrod (2006, pp.169-191) defende que a cooperação ideal advém na oportunidade de entreatajuda dos intervenientes ou dos jogadores, nomeadamente em situação de que o custo a advir seja superior aos gastos a partir da sua própria iniciativa sem contar com a colaboração do outro interveniente.

⁴ Cfr. Haass, R. N. (2008). "The Age of Nonpolarity. What Will Follow U.S. Dominance?" *Foreign Affairs*, Vol. 87, n.º 3 (May – June), in :< <http://www.foreignaffairs.org/20080501faessay87304/richard-n-haass/the-age-of-nonpolarity.html> >

Neste caso, a cooperação baseia-se na reciprocidade, na garantia da estabilidade e uma vez estabelecida e proporcionada junto da população, esta última se encontrará preparada para enfrentar estratégias não cooperativas que possam instigar situações de instabilidade ou de perturbação do ambiente interno dos estados. A não-polaridade institui um ambiente perturbador e perigoso, sendo necessário optar por uma cooperação multilateral no intuito de incrementar o grau de integração global na promoção da estabilidade, dado que na rede económico-financeira a interdependência provoca uma reação institucional no sentido de que nenhum estado se encontre autoimune à realidade neoliberal que acabou por agravar a pobreza à escala global.

O ponto central da redefinição da nova ordem mundial converge por um lado, para a transformação da tecnologia de informação incorporando o cidadão e o estado no ciberespaço e, por outro lado, na mudança do exercício de poder não no quadro de uma lógica de governação global, mas sim na conjugação e na cooperação de formas de governo com uma governação paralela de redes globais interdependentes no sistema internacional.

Na opinião de Anne-Marie Slaughter (1997) o estado, enquanto entidade soberana, não se encontra inserido num processo que possa fomentar ao sequer provocar o seu desaparecimento, mas sim numa via de desagregação resultante de uma nova ordem transgovernamental caso não venha a ser alvo de alterações ora induzidas ora resultantes da imprevisibilidade dos factos internos ou problemas nacionais *potencialmente internacionalizáveis* (Moreira, 1969, pp.8-9).

Refira-se que os limites da globalização ou aplicando o conceito de Adriano Moreira, da *unidade do mundo* consistem na intensidade em que se determina o grau de instabilidade que o sistema internacional venha a ser capaz de absorver, tendo neste ponto em consideração que todo o sistema se comporta como uma estrutura evolutiva, interligando a relação de interesses previamente identificados com a complexificação das relações que se estabelecem.

De facto, face a possibilidade de desagregação, acrescentaríamos a proliferação de relações em rede em quatro dimensões aplicadas às relações internacionais: (1) ideológica; (2) económica e financeira; (3) política e diplomática; (4) geoestratégica. A conjugação das quatro dimensões gera uma permanente procura de respostas perante

os estímulos emanados do sistema internacional, sendo necessário a obtenção de factores que possam produzir efeitos compensatórios em situação de risco/déficite democrático ou de ameaça de instabilidade dimensional do sistema em si.

Por conseguinte, numa esfera sistémica, no contexto post-11 de Setembro, o exercício realizado por parte de uma potência hegemónica em nome do combate ao terrorismo que culminou na comunicação à nação do Presidente norte-americano, Barack Obama, no *East Room* da Casa Branca, da condução de uma operação por forças especiais e pela CIA que levaram à morte do líder da *al Qaeda*, Osama bin Laden (1957-2011), no dia 01 de Maio de 2011.⁵ O presente acto traduz o esforço realizado para conservar o sistema (*homeostático*) numa fase em que possam surgir novos atores em que lugares intangíveis se tornaram tangíveis tem vindo paulatinamente a auto-transformar o sistema internacional (*homeorhesis*) na necessidade de procurar a conservação do equilíbrio (*homeostase*).

Assim sendo, o cenário de crescente volatilidade sentido e vivido no Médio Oriente não só engendrou o ato, por ventura qualificado de inimaginável, de abate na lógica sequencial iniciada com Saddam Hussein por enforcamento (30 de Dezembro de 2006); ao ex-líder da Líbia Muammar al-Gaddafi, diga-se de passagem, profetizado pelas forças ocidentais da NATO sob o nome de *Odisseia do Amanhecer*, em alusão à *Odisseia* de Homero e concretizado pelos opositores domésticos, no dia 20 de Outubro de 2011 com transmissão via *network structure*, *Youtube* e *Aljazeera*, como, também, tem vindo a incentivar à criação de uma *umma*, de uma comunidade pautada pela defesa do direito à existência do ser humano com a dignidade que lhe advém contra regimes autoritários que possam instigar à pobreza extrema ou por outras palavras impedir a mera sobrevivência ou prática religiosa.

Paralelamente a esta Primavera Árabe que se transformou em Outono Árabe, envolvendo cenários de conflitos e de deslocados, o mundo dito de ocidental por razões não de ordem de sistemas políticos autoritários, mas por questões de liberalismo económico e incapacidade da elite política em conseguir responder eficazmente à

⁵ Vejamos as primeiras linhas da intervenção do Presidente Barack Obama a respeito da morte de Osama bin Laden: “*Good evening. Tonight, I can report to the American people and to the world that the United States has conducted an operation that killed Osama bin Laden, the leader of al Qaeda, and a terrorist who’s responsible for the murder of thousands of innocent men, women, and children.*” In *Remarks by the President on Osama Bin Laden*, 2001. The White House in < <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/02/remarks-president-osama-bin-laden>> .

velocidade comunicacional dos fluxos de informação numa perspectiva sistémica das relações internacionais que viajam entre *inputs* e *outputs* pelos ambientes externos e internos, tem vindo nos últimos tempos a interrogar-se sobre a perda de identidade e de valores humanos na necessidade imperativa de reatar o diálogo perdido entre a sociedade civil e o escol político para restaurar os direitos fundamentais da existência do ser humano que se prendem com o conceito da própria vida.

Precisamente, se por um lado, o processo *homeostático* absorve os estímulos provenientes do ambiente externo, sendo posteriormente reenviada a resposta, como meio de conservação do sistema, por outro lado a pressão exercida por parte do ambiente externo, leia-se sistema internacional, decorrente do surgimento de novos atores ou conflitos como o caso da *Primavera Árabe*, iniciada a 17 de Dezembro de 2010 – pela imolação de fogo de Mohamed Bouazizi, considerado de “pai da revolução tunisina”, por desespero, em plena praça central de Sidi Bouzid, na Tunísia, após o mesmo ter-se despedido da mãe na sua página pessoal do *Facebook* e culpabilizado a era vigente⁶ (Saquer, 2011) – pode incitar à autotransformação do sistema, estando nesse caso perante um processo de *homeorhesis*.

Observemos que a intensa e incessante luta verificada no Médio Oriente, em nome da *Primavera Árabe*, concretamente na Líbia – a intensificação da guerra contra Muammar al-Gaddafi – tem fomentado o incremento de manifestações para derrubar os regimes de Bashar al-Assad na Síria e de Ali Abdullah Saleh no Iémen. Assinale-se, conseqüentemente, que a manutenção do equilíbrio da balança se baseia no processo de *homeostase* para garantir a continuidade do sistema.

Recordando Adriano Moreira, ao considerarmos que todo o facto nacional possa ser concebido como *interno internacionalizável*, evidencia-se a transferência parcelar do poder soberano para a ordem externa entre duas tendências em conflito, por um lado, a maquiavélica que recorre ao uso da força para posteriormente estruturar o

⁶ Anotemos a transcrição da página pessoal do Facebook de Mohamed Bouazizi, de apenas vinte e seis anos de idade, que terminou por falecer no hospital de Sfax, no dia 4 de Janeiro de 2011: “*I will be traveling my mom, forgive me, Reproach is not helpful, i am lost in my way it is not in my hand, for give me if disobeyed words of my mom, blame our times and do not blame me, i am going and not coming back, look i did not cry and tears did not fall from my eyes, Reproach is not helpful in time of Treachery in the land of people, i am sick and not in my mind all what happened, i am traveling and i am asking who leads the travel to forget.*” In Saquer, G. (2011). The last facebook status update of bouazizi who sets him self on fire starting the Tunisian revolution. *Arab Crunch* in <<http://arabcrunch.com/2011/01/the-last-facebook-status-update-of-bouazizi-who-set-him-self-on-fire-marking-starting-the-tunisian-revolution.html>> .

normativismo e, por outro lado, a humanista que promove a assimilação gradual de valores para posteriormente reorganizar o aparelho de poder do estado. Este facto vem alterar substancialmente o critério de avaliação da capacidade de autonomia e de exercício de soberania por parte do estado na arena internacional bem como no interesse da sua sobrevivência numa lógica de continuidade.

Daí que, dois caminhos se sobreponham, por um lado, a *cyborgisation* da vida do Homem e, por outro lado, o regresso gradual dos valores básicos no plano humano. Regresso, pelo facto dos mecanismos tecnológicos, auxiliados pelo escalar da necessidade de poder, levarem à obsessão do reflexo da imagem que se traduziu na mudança global de todo um sistema internacional edificado a partir de Westphalia (1648). A atenção foca-se na perspectiva do ser humano envolvido na sociedade civil para compreender a *complexidade crescente* da ordem internacional à qual se encontra sujeito e dependente, dado a multiplicidade de identidades, a proliferação de estruturas e o surgimento de novos atores no subsistema internacional.

Referente à *complexidade crescente* e ao processo biológico de *hominisation* observados pelo Padre Teilhard de Chardin (1881-1955), no *Fenómeno Humano* (1956),⁷ ampliaríamos aqui à implicação da noção de continuidade e descontinuidade ao diferenciar o real do irreal e de igual forma das distintas conexões de rede que se venham a estabelecer ao longo do tempo, dessa espécie de sentimento de dualidade e posteriormente de cumplicidade virtual, na qual se parte à descoberta do papel do Homem, do objecto humano à medida que as relações internacionais evoluem. Segundo o mesmo autor, o *fenómeno humano* encontra-se dependente da consciência e do espírito de unidade, devendo sujeitar-se a uma harmonização entre o formato geométrico do planeta Terra e o espírito proveniente dos primórdios do tempo. Entendemos nesse caso que o processo de *unificação humana* termina por se traduzir no somatório de consciências individuais até à incorporação da consciência colectiva.

Para Kissinger (2014, p.373) a procura da ordem mundial consiste não só na celebração de princípios universais que possam ser associados com um reconhecimento

⁷ O problema que coloca Padre Teilhard de Chardin enquadra-se na seguinte afirmação: “*L’Hominisation, qui est d’abord, si l’on veut, la saute individuelle, instantanée, de l’instinct à la pensée. Mais l’Hominisation qui est aussi, en un sens plus large, la spiritualisation phylétique, progressive, en la Civilisation humaine, de toutes les forces contenues dans l’Animalité.*” In Chardin, Pe T. de (1956). *Le Phénomène Humain*. Paris: Editions du Seuil, p. 120 na versão digital in http://classiques.uqac.ca/classiques/chardin_teilhard_de/phenomene_humain/tdc_pheno.pdf >

da realidade de outras regiões que possuam a sua história e cultura. É evidente que a ordem mundial requer a atuação de outras potências e não somente por parte da intervenção dos EUA na arena internacional. Precisamente, necessita-se em nome de uma ordem mundial genuína procurar a aquisição de uma segunda cultura que seja de facto global, estrutural e jurídica. Só assim, para Kissinger (2014) é que viria a ser possível de consideração uma modernização do sistema de Westphalia por realidades contemporâneas, devendo segundo Brzezinski (2012, p.189) os EUA desenvolver uma política de conciliação e de equilíbrio principalmente na região asiática.

A par da ordem mundial, surge uma reconfiguração de valores humanos no domínio da procura de crença e de fé em algo superior que possa responder às dúvidas e às angustias da sociedade civil perante as dificuldades de sobrevivência e de adaptação na sequência do agravamento de pobreza e de desemprego, levando ao redesenhar de novos modelos de política transnacional ou simplesmente na óptica do nobel da paz e diplomata egípcio, Mohamed Elbaradei (2010, p.373), na imperatividade da satisfação de necessidades básicas humanas em nome da segurança internacional e do redireccionamento dos investimentos – concentrados sobretudo no lucro em nome de um ultraliberalismo – da ciência e da tecnologia no verdadeiro combate à fome, à doença, à pobreza, ao que classificaríamos de miséria humana.

A reconfiguração e a complexidade crescente do sistema internacional traduzem o evoluir de uma nova percepção espaciotemporal do lugar do Homem no mundo, onde se cruzam a defesa do interesse nacional dos estados como uma extensão do domínio doméstico para a esfera internacional no caminho para uma *cyborgisation* de cada indivíduo no mundo virtual cujas fronteiras físicas estaduais são substituídas por *hyperlinks*.

Se por um lado, as relações internacionais caminham para uma maior complexidade, por outro lado, o Homem exige na procura da afirmação da sua identidade o regresso ao mais básico da essência humana que consiste no direito à vida e no direito a ter acesso a esses mesmos direitos.

1.2 Uma Nova Ordem Mundial?

Num momento, em que assistimos a uma “histeria” global desde a sociedade civil às elites políticas, sobretudo de quem governa, a humanidade vive uma época, aparentemente, de ilusão na procura de uma felicidade inalcançável. Na verdade, a existência humana, tendencialmente conflituosa pela sua natureza, parece mergulhar em plena contradição existencial ao nível global, tendo em consideração o mundo globalizado em esfera armilar.

Acresce, todavia, o sublinhar de um conflito, cada vez mais evidente, entre a universalidade dos Direitos Humanos e o controlo soberano do território, continuando, assim, o espírito do sistema westphaliano (1648), denotando que a comunidade humana se encontra dividida por cerca de 200 estados com fronteira, bandeira, além de em certos casos, estimarem-se 50 fronteiras cercadas por muros. A queda do muro de Berlim, apenas significou o adiar do improvável que final veio suceder umas décadas mais tarde, na edificação por decisão governativa da separação de povos numa espécie de dupla função, por um lado, impedir a entrada do indesejável e, por outro lado, em certa medida dificultar a saída daqueles que já se encontrem no seu interior.

Ora, segundo dados do Banco Mundial referente ao ano de 2016, estimam-se que 247 milhões de seres humanos são migrantes internacionais, apesar de representar estatisticamente uma percentagem ínfima de 3,4% da população mundial, contudo, a evidência da mobilidade internacional global à procura de um direito a possuir um lugar no mundo, tem-se tornado uma realidade patente e dramática. Anotemos que em 5 anos nas fronteiras europeias já morreram 22394 pessoas que precisamente apenas queriam encontrar um lugar melhor, fugindo aos horrores das guerras, dos conflitos sangrentos que têm assolado o mundo, ceifando a vida da forma mais violenta de crianças, de homens e mulheres.

Recorde-se que Hannah Arendt, na sua obra, testemunho de uma época vivida e sentida, *As Origens do Totalitarismo* (1951), continha uma anotação, aludindo ao facto de que o que carece de precedentes não consiste na perda de um lar, mas sim e tão-somente na impossibilidade de encontrar um novo que permita outorgar e possibilitar uma segunda oportunidade. O acesso ao território europeu tornou-se pelas razões de maior evidência de maior perigosidade, não só por combate ao terrorismo, referenciando aqui não o incremento da vigilância em nome da protecção dos seus, mas sim, sobretudo, ao

colocar em destaque um problema de amplitude superior. Esse drama da procura de um lar, de uma espécie de terra prometida, vem trazer à luz do debate público que afinal o cerne da questão não consiste na falta ou na ausência de espaço habitável, senão um problema de cariz e do espectro político, tendo em consideração que até há bem pouco tempo não era de todo necessário para deslocação um passaporte com direito a visto, dado o mesmo, tal como é apercebido na actualidade, uma invenção do século XX.

Recordando Thomas Piketty no seu livro *O Capital no século XXI* (2013), torna-se interessante denotar a inexistência de um império mundo, dando lugar a uma economia mundo onde gradualmente se incrementa a percentagem estatística da desigualdade não por culpa do dedo inquisitório da concentração de capital, mas sim por aqueles que continuam considerados como os *povos mudos do mundo*, na acepção de Adriano Moreira, dos mais pobres e, sobretudo, destes recém-migrantes cuja maioria acaba em cadáver em praias turísticas gregas ou a flutuar pela águas do Mediterrâneo.

Aliás, o direito de todo o ser humano funda-se em conseguir um lugar no mundo e, por essa ordem de razão, este planeta azul observado a partir do universo é ínfimo como um grão cristalino de areia não se encontra à venda ou à procura de um dono para o possuir, tendo em conta que o mesmo não tem pertença singular. Nesta lógica, assente, a esfera pertence ao todo, porque o todo é a soma das partes, por outras palavras um bem comum da humanidade como refere o filósofo António Campillo, da Universidade de Múrcia, na sua obra *Tierra de nadie. Cómo pensar (en) la sociedad global* (2015).

Na verdade, através deste novo renascer do populismo na Europa e não só, preocupante e alarmante, por assistir à forma de eleição que por vezes atinge diálogos nunca antes verificados em campanhas como esta última nos Estados Unidos; ao alargar da esfera-de-influência da governação russa pela mão de Vladimir Putin; ao Brexit que coloca em causa não só questões de índole económico-financeira, mas sim de segurança europeia; não esquecendo da importância geoestratégica do Reino Unido; a postura da Hungria pela voz do seu líder governativo, Viktor Orbán, cujas decisões incitam posições antagónicas e extremas.

6.3 Policentrismo político: unidade impossível?

À semelhança do referido pelo Embaixador António Baptista Martins (1972, pp.141-144), a concepção de ordem mundial, na altura, entre os Estados Unidos e a União Soviética, opondo por um lado, o bipolarismo militar e, por outro lado o policentrismo, não deixa de constituir interesse em assumir uma nova forma de entendimento no papel dos BRICS na introdução de mudanças de comportamento no sistema internacional, em concreto na hierarquia das potências, que por si definirão em nome do interesse nacional as políticas externas, alterando se necessário, para o efeito, a forma de colocar os peões no tabuleiro de xadrez em função não só daquilo que pretendem como também do exercício das suas responsabilidades máximas nas relações internacionais.

É evidente, que a estrutura do poder e na conjuntura mundial, tem vindo a ser alterada pelo surgimento de novos actores nas relações internacionais, apesar da contínua posição de “supremacia” norte-americana do olhar de águia no mundo, estando dessa forma correlacionada com factores determinantes económicos, sociais, culturais, ideológicos, militares e políticos que contribuam e permitam a abertura de caminhos para possíveis mudanças.

Todavia, os BRICS carecem de influência e de poder suficientes que possam contrariar a predominância dos Estados Unidos e da UE na política internacional mesmo que detenham factores base que lhes permitam ocupar um lugar na actuação das relações internacionais no sentido da difusão do poder e do carácter político policêntrico. Verifica-se, por conseguinte, no papel dos BRICS o manifesto de uma nova tendência que visa estabelecer os limites das esferas de influência por parte de determinadas potências, contudo, nesta limitação os próprios países deste grupo podem, nesse efeito, constituir um próprio alvo, i.e., serem considerados o próprio limite na condução não só das presentes crises como de futuras que se possam verificar no seu próprio território ou no exterior.

Ainda assim, os BRICS, em nome da unidade ou da causa, as limitações que possam ser alvo emanam da imposição das diferentes realidades, desde a sua heterogeneidade à realidade de cada um dos poderes e das suas responsabilidades nos assuntos internacionais daí decorrentes. Tudo isto é refletido no *behaviourismo*, ou seja,

no comportamento e do papel da liderança política considerada outorgando maior ou menor flexibilidade pragmática por parte de quem governa ou esteja na condução do lema da governação de um estado.

Precisamente, esta procura de unidade mundial num policentrismo político deve o seu equilíbrio pela necessidade de evitar um conflito à escala global, semelhante aos tempos da Guerra Fria e de Coexistência Pacífica, onde o risco de guerra nuclear era limitado pela vontade de não ser o primeiro a pressionar o botão que deflagraria a *casa comum da humanidade*.

Só assim, os BRICS, tanto no plano doméstico tanto no externo, lograrão reivindicar de novo o papel da maior importância das Nações Unidas na prevenção e resolução de conflitos, impedindo naturalmente intervenções unilaterais que poderiam gerar o desequilíbrio mundial e, instigar à escalada do conflito colocando em causa desde a segurança internacional à doméstica.

A par dos BRICS, o papel da UE revela-se de suma importância na base dos interesses comuns em nome do respeito pelos Direitos Humanos e do desenvolvimento para a transformação do mundo numa redução dos conflitos e que se reencontre de novo a zona de paz em território europeu, afastando o terrorismo e o fantasma da extrema-direita, recordada pelas atrocidades cometidas aquando do III Reich de Adolfo Hitler, da vida quotidiana dos europeus.

Ora, as parcerias estratégicas entre UE e os BRICS traduzem-se fortes indícios dessa manifesta vontade de cooperação em sectores e áreas chave para o efeito, desde energia à promoção da cultura em tentativa do estabelecimento de um plano global para a paz mundial e no desagravamento do fosso que separa ricos de pobres, de abundância da miséria humana, no sentido de uma mais justa redistribuição dos recursos.

Precisamente, a análise dos interesses individuais e das reivindicações dos BRICS tende a levar-nos à improvável unidade dos mesmos, contudo, o interesse colectivo que os une é superior na intenção da alteração do equilíbrio político e geoestratégico do sistema internacional que os envolve.

Além do mais, de uma forma geral, cada um dos centros políticos dos BRICS possui maior interesse em controlar a instabilidade dentro de certos limites do que propriamente impor uma posição que pudesse originar maiores fricções ou choques

entre os interesses das demais potências e decisores na arena internacional ou ainda ocasionar erosões intra-BRICS.

Todavia, o denominador comum dos BRICS que une os esforços manifestados pelos diversos governos emanados desses países situa-se no sentido de um caminho que diminua a ingerência das potências ocidentais junto de países terceiros envolvidos ou não em *conflitos domésticos* ou *internacionalizados*.

Procura-se, uma afirmação que transcenda os particularismos de cada potência ocidental na tentativa de domínio ou de exercício hegemónico. Nessa óptica, Gérard Dussouy (2009, p.266), alega que a ideia de regionalismo global deverá constituir no futuro o nível espacial apropriado e pertinente da política mundial. Em nome da unidade e de ultrapassar os impasses verificados por ordem estratégica, política ou económica, os BRICS assumem o desafio no preenchimento, enquanto grande espaço que representam e que se encontra em estruturação, de preencher determinadas funções inseridas numa lógica global e não meramente local ou sequer intrarregional resultante deste neocapitalismo, citando o próprio autor a Dockès (2002, pp.81-110), ao referir que o capitalismo se reduz a apenas “a jogos de capitais sobre capitais” e que estabeleceu o mercado em entidade reguladora económica e societal derivado da divisão do trabalho intraempresas à escala planetária (Dussouy, 2009, p.63).

Salienta-se que a publicação *Global Trends 2030*, pelo National Intelligence Council (2012), aludindo de que “o mundo cada vez mais se parece a Hobbes do que Kant”, advoga que os Estados Unidos continuam a deter um papel geopolítico importante, mas devendo para o efeito intensificar e desenvolver os seus esforços de cooperação com os seus aliados para que consiga, garantir a paz e a segurança. Além disso, identifica para o risco acentuado de conflitos caracterizados por novas áreas de potencial militar, incluindo as armas cibernéticas, a militarização do espaço, o incremento de armamento de elevada precisão e desenvolvimento de mísseis antibalísticos não nucleares (National Intelligence Council, 2012, p.5).

Daí que, de acordo com Wijk (2015, p.194) a diferença entre a Guerra Fria e esta segunda década do século XXI não consiste mais na oposição de duas esferas ideológicas irreconciliáveis, mas sim nas esferas de influência e nas linhas de geopolítica que definem a ordem mundial e, em certa medida, causadoras de futuras crises que possam

afectar a segurança internacional, concretamente a situação no Médio Oriente, na Península Coreana, agravar as consequências das alterações climáticas e dificultar o acesso a matérias-primas.

Com efeito, a grande questão a colocar consiste na procura da obtenção de respostas quanto ao relativo sucesso que os BRICS possuirão em moldar esta nova ordem mundial. Será ela mais justa? Representará os interesses dos emergentes? Ou continuará inserida no paradigma vigente e, seguindo, os princípios westphalianos?

De facto, os BRICS, apesar dos seus limites, possuem, divergindo em convergência, um papel utópico na inevitabilidade do fomento de uma cooperação estratégica com as restantes potências na arena internacional, quer numa lógica de relação sul-sul quer no padrão norte-sul.

Tudo isto representa, por sinal, um desafio, sobretudo, tendo os Estados Unidos sob a liderança de Donald Trump que coloca a superpotência em tempos de inconstância no quadro da política externa e na prossecução da defesa dos seus interesses neste processo de “reglobalização” (He Yafei, 2017) que evidencia o seu início, todavia numa fase embrionária. Esta “reglobalização” não pretende mudar, alterar ou transformar o sistema internacional, ao contrário, foca-se em salvaguardar e reforçar o sistema governativo existente, numa espécie de melhoria e correcção das imperfeições existente nas relações internacionais para minimizar as turbulências que poderão advir na cena mundial. Dessas turbulências, identifica-se o elevado grau de desconfiança dos indivíduos junto dos seus líderes,⁸ neste caso políticos, constituindo a corrupção um dos maiores flagelos, para além da pobreza, a combater.

Daí que seja imperativo por um lado, recuperar o grau de credibilidade junto da sociedade civil e, por outro lado, modificar a percepção dos efeitos do poder na imoralidade e na alienação do exercício da política junto de quem governa ou de quem dirija sectores vitais no estado, entre empresas e banca. Ora, é neste sentido que as recentes decisões políticas em nome da transparência e do combate à corrupção se situa o Presidente Xi Jinping, tendo em consideração a dimensão do problema a nível doméstico.

⁸ Sobre assunto vide Prooijen, J.W. V.; Lange, P. A. M. (2014). *Power, Politics, and Paranoia. Why People Are Suspicious of Their Leaders*. Cambridge: Cambridge University Press.

Por último, os BRICS pretendem simbolizar a imagem do reconhecimento das diferenças religiosas, culturais, linguísticas, ideológicas e identitárias na construção de uma realidade representativa do nível doméstico à esfera global, procurando uma autorregeneração do sistema numa cosmovisão associada ao equilíbrio da natureza humana e dos seus valores numa reestruturação da ordem mundial para dar resposta ao acentuar e à crescente conflitualidade nas relações internacionais, na afirmação da democracia e, reavivando a memória de Baruch Espinoza, das escolhas que levam à liberdade do Homem, entre afectos, razão e emoção.

Bibliografía

- ARANCÓN, F. (2015). La Unión Económica Euroasiática o la Reconstrucción del Espacio Postsoviético, *El Orden Mundial en el Siglo XXI*. In <
<http://elordenmundial.com/economia/la-union-economica-euroasiatica-o-la-reconstruccion-del-espacio-postsovietico/> >
- ARMIJO, L. E. (2007). The BRICS Countries (Brazil, Russia, India, and China) as an Analytical Category: Mirage or Insight? *Asian Perspective*, 31(4), pp.7-42.
- ARMITAGE, R. L.; NYE, J. S. (2007). *A Smarter, More Secure America*. CSIS, in <
http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf >
- ARON, R. (1992). *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calman-Lévy.
- AXELROD, R. (2006). *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books.
- BRZEZINSKI, Z. (2012). *Strategic Vision. America and the Crisis of Global Power*. New York: Basic Books.
- BUSH, G. W. (2010). *Decision points*. New York: Crown Publishers.
- BUZAN, B.; LAWSON, G. (2015). *The global transformation. History, modernity and the making of international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHAE-JIN LEE, (1994). *Zhou Enlai the Early Years*. Stanford: Stanford University Press.
- CHARDIN, P. T. (2000). *Le phénomène humain*. Paris: Seuil.
- CONING, C., MANDRUP, T.; ODGAARD, L. (2015). Coexistence in between world order and national interest. In CONING, C., MANDRUP, T.; ODGAARD, L. (2015). *The BRICS and Coexistence: An Alternative Vision of World Order*. Oxon: Routledge, pp. 171-181.
- DAS, G. (2002). *India Unbound*. New York: Anchor Books.
- DOCKÈS, P. (2002). Périodisation du Capitalisme et Émergence d'un Néocapitalisme. In Dockès, P. (2002). *Ordre et désordres dans l'économie-monde*. Paris: PUF, col. Quadrige pp.81-110.

- DUGGAN, N. (2015). BRICS and the evolution of a new agenda within global governance. In REWIZORSKI, M. (2015). *The European Union and the BRICS. Complex relations in the era of global governance*. Heidelberg: Springer, pp. 11-26.
- DURAND, D. (1992). *A Sistemica*. Lisboa: Dinalivro.
- DUSSOUY, G. (2009). *Les Théories de la Mondialité. Traité de Relations Internationales*. Tome III. Paris: L'Harmattan, Collection Pouvoirs comparés.
- ELBARADEI, M. (2010). *A Era da Mentira. A Verdade Escondida sobre os Grandes Conflitos Internacionais*. Lisboa: Matéria-Prima.
- EVANGELISTA, M.; PARSI, V. E. (2005). *Partners or Rivals? European-American Relations After Iraq*. Milano: Vita e Pensiero.
- GARIUP, M. (2009). *European Security Culture. Language, theory, policy*. Farnham: Ashgate.
- General Evolution Research Group. (n.d.). The Darwin Project in <
<http://www.thedarwinproject.com/gerg/gerg.html> >
- GILPIN, R. (1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRATIUS, S. (2013). *The EU and its "Strategic Partnerships" with the BRICS*. In KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG E. V. in <
<http://www.kas.de/wf/doc/9922-1442-2-30.pdf> > .
- GRATIUS, S. (2011). *Can EU Strategic Partnerships Deepen Multilateralism?* FRIDE, A European Think Tank for Global Action.
- HAASS, R. N. (2017). World Order 2.0. *Foreign Affairs*, 96(1), in <
<https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-12-12/world-order-20> >
- HAASS, R. N. (2008). The Age of Nonpolarity. What Will Follow U.S. Dominance. *Foreign Affairs*, 87 (3), pp. 44-56.
- HARAWAY, D. J. (1991). *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. New York: Routledge.

- HE Y. (2017). Re-globalization Heralds an Emerging New World Order. *The Brics Post*, January 9, in < http://thebricspost.com/re-globalization-heralds-an-emerging-new-world-order/#.WROc_IKqGV5 >.
- HEMANT, M. (2008). *Competing in Emerging Markets. Cases and Readings*. New York: Routledge.
- HOWORTH, J. (2016). EU Global Strategy in a Changing World: Brussels' approach to the emerging powers. *Contemporary Security Policy*, vol. 37(3).
- KAKONEN, J. (2013). BRICS as a New Constellation in International Relations? IAMCR 2013 Conference Dublin, 25-29 June 2013 in < <http://www.uta.fi/cmt/tutkimus/BRICS/materials/BRICS%20as%20a%20New%20Constellation%20in%20International%20Relations51.pdf> >.
- KENNEDY, P. (1988). *The Rise and Fall of the Great Powers*. London: Unwin Hyman.
- KEUKELEIRE, S.; BRUYNINCKX, H. (2011). The European Union, the BRICs, and the Emerging New World Order. In HILL, C.; SMITH, M. (2011). *International relations and the European Union*. Oxford: Oxford University Press, pp. 380-403.
- KIELY, R. (2015). *The BRICs, US 'Decline' and Global Transformations*. Houndmills: Palgrave Macmillan.
- KILKANI, S.; et. al. (2012). *Nonalignment 2.0. A Foreign and Strategic Policy for India in the Twenty First Century*. New Delhi: National Defence College and Centre for Policy Research.
- KISSINGER, H. (2014). *World Order*. New York: Allen Lane, The Penguin Press.
- KISSINGER, H. (2011). *On China*. New York: The Penguin Press.
- KLEVEMAN, L (2003). *The New Great Game. Blood and Oil in Central Asia*. New York: Grove Press.
- KOBAYASHI-HILLARY, M. (2008). *Building a Future with BRICS: The next decade for offshoring*. Berlin, Heidelberg: Springer.
- KOELBLE, T. E. (1999). *The Global Economy and Democracy in South Africa*. New Brunswick: Rutgers University Press.

- KRAUTHAMMER, C., (1990/1991). *The Unipolar moment*. Foreign Affairs, 70 (1), pp. 23-33.
- KUPCHAN, C. A. (2012). *No One's World. The West, The Rising Rest, and the Coming Global Turn*. New York; Oxford University Press.
- LAIDI, Z. (2011) The BRICS Against the West? *CERI Strategy Papers* N° 11 – Hors Série, November.
- LANGENHOVE, L. V.; ZWARTJES, M.; PAPANAGNOU, G. (2016). Conceptualising Regional Leadership: The Positioning Theory Angle. In KINGAH, S.; QUILICONI, C. (2016). *Global and Regional Leadership of BRICS Countries*. New York: Springer, pp.13-27.
- LASKARIS, S.; KREUTZ, J. (2015). Rising Powers and the Responsibility to Protect: will the Norm Survive in the Age of BRICS? In *Global Affairs* 1(2) pp.149-158.
- LASZLO, E. (2002). *The Systems View of the World. A Holistic Vision for Our Time*. Cresskill: Hampton Press.
- LAVROV, S. (2012). *BRICS: A New Generation Forum with a Global Reach*. Moscow: Ministry of Foreign Affairs.
- LIU T. (2012). China and Responsibility to Protect: Maintenance and Change of Its Policy for Intervention. In *The Pacific Review*, vol. 25 (1), pp. 153-173.
- LOESEKRUG-PIETRI, A. (2015). Why Europe can't Afford to Ignore China's New Silk Road. In *World Economic Forum*, in < <https://www.weforum.org/agenda/2015/11/europe-china-new-silk-road/> >
- MALTEZ, J. A. (2007). *Metodologias da Ciência Política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MARTINS, A. B. (1972). *Aspectos da Política Externa Soviética no Médio Oriente*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Monografia apresentada em concurso para Conselheiros de Embaixada.
- MATLARY, J. H. (2004). Human Rights. In Carlsnaes, W., Sjusen, H. and White, B. (2004). *Contemporary European Foreign Policy*. London: Sage, pp. 141-54.

- MATURANA, H. R.; POERKSEN, B. (2004). *From Being to Doing. The Origins of the Biology of Cognition*. Heidelberg: Carl-Auer Verlag.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. (1980). *Autopoiesis and Cognition. The Realization of the Living*. Boston, London: D. Reidel.
- MCKELVEY, T. (2015) O Congresso dos EUA pode Sabotar o Acordo Nuclear com o Irã? *BBC News* in <
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/04/150402_acordo_ira_sabotar_mdb >.
- MITRANY, D. (1946). *A Working Peace System*. London: Royal Institute of International Affairs.
- MOREIRA, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, A. (1989). A Lei da Complexidade Crescente na Vida Internacional. *Comentários*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 11-20.
- MOREIRA, A. (1989). *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MOREIRA, A. (1969). A Marcha para a Unidade do Mundo: internacionalismo e nacionalismo. *Estudos Políticos e Sociais*, 7 (4), pp. 1-15.
- NADKARNI, V.; NOONAN, N. (2013). Conclusion: Global Leadership in the Twenty-First Century. In NADKARNI, V.; NOONAN, N. (2013). *Emerging Powers in a Comparative Perspective. The Political and Economic Rise of the BRIC Countries*. New York: Bloomsbury, pp.209-219.
- NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (2012). *Global Trends 2030. Alternative Worlds*.
- NOGUEIRA, F. (2000). *As Crises e os Homens*. Porto: Livraria Civilização.
- NOONAN, N.C. (2013). The Global Leadership of the USA and the Emerging Powers. In NADKARNI, V.; NOONAN, N.C. (2013). *Emerging Powers in a Comparative Perspective. The Political and Economic Rise of the BRIC Countries*. New York: Bloomsbury, pp. 23-41.
- NOYA, J. (2007). *Diplomacia Pública para el Siglo XXI. La gestión de la Imagen Exterior y la Opinión Pública Internacional*. Madrid: Ariel.

- NYE, J. (2011). *The Future of Power*. New York: PublicAffairs.
- O'NEILL, J. (2013). *The Bric Road to Growth (Perspectives)*. London Publishing Partnership.
- O'NEILL, J. (2007). *BRICs and Beyond*. Goldman Sachs Group.
- PIKETTY, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- PIPPER, L., 2015. *The BRICS Phenomenon: from Regional Economic Leaders to Global Political Players*. [pdf]. BICAS Working Papers, 3, in <https://www.tni.org/files/download/bicas_working_paper_3_piper.pdf>
- PRASHAD, V. (2013). *Neoliberalism with Southern Characteristics*. New York: Rosa Luxemburg Stiftung.
- QUILICONI, C; KINGAH, S. (2016). Conclusions: Leadership of the BRICS and Implications for the European Union. In KINGAH, S.; QUILICONI, C. (2016). *Global and Regional Leadership of BRICS Countries*. New York: Springer, pp. 243-253.
- QUILICONI, C; SAGUIER, M.; TUSSIE, D. (2016). BRICS: Leadership in the Making. In KINGAH, S.; QUILICONI, C. (2016). *Global and Regional Leadership of BRICS Countries*. New York: Springer, pp. 29-46.
- RENARD, T. (2016). Partnering for Global Security: the EU, its Strategic Partners and Transnational Security Challenges. *European Foreign Affairs Review*, vol. 21(1), pp. 9-34.
- RENARD, T. (2016). Partnerships for Effective Multilateralism? Assessing the Compatibility Between EU Bilateralism, (Inter-)Regionalism and Multilateralism. *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 29(1).
- ROCHA-CUNHA, S., (2008). *O Improvável que Aconteceu & Outros Estudos em torno de Dilemas do Direito e da Política numa Era Global*. Ribeirão: Húmus. pp. 97-128.
- ROGEIRO, N. (2017). *O Pacto Donald. Trump: "Novo Contrato com a América" Ou Fraude?* Alfragide: D. Quixote.

- RASMUSEN, E. (2007). *Games and Information. An Introduction to Game Theory*. 4th ed.. Malden: Blackwell Publishing.
- SAQER, G., (2011). The last facebook status update of bouazizi who sets himself on fire starting the Tunisian revolution. *Arab Crunch* [online] Available at: <<http://arabcrunch.com/2011/01/the-last-facebook-status-update-of-bouazizi-who-set-him-self-on-fire-marking-starting-the-tunisian-revolution.html> >
- SANTOS, V. M. dos (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção Manuais Pedagógicos.
- SHAMBAUGH, D., Sandschneider, E.; ZHOU H. (2008). *China-Europe Relations: Perceptions, Policies and Prospects*. Oxon: Routledge.
- SCHAEFER, M. E.; POFFENBARGER, J. G. (2014). *Formation of the BRICS and Its Implication for the United States: Emerging Together*. New York: Palgrave Macmillan.
- SLAUGHTER, A. M. (1997). The Real New World Order. *Foreign Affairs*, 76 (5), pp. 183-197.
- SOKO, M.; BALCHIN, N. (2016). South Africa's Quest for Leadership in Africa: Achievements, Constraints and Dilemmas. In KINGAH, S.; QUILICONI, C. (2016). *Global and Regional Leadership of BRICS Countries*. New York: Springer, pp.225-242.
- SPECHLER, D. R.; SPECHLER, M. C. (2006). Trade, Energy, and Security in the Central Asian Arena. In TELLIS, A. J.; WILLS, M. (2006). *Strategic Asia 2006-2007. Trade, Interdependence, and Security*. Seattle, Washington: NBR, The National Bureau of Asian Research, pp. 203 – 238.
- STUENKEL, O. (2015). *The BRICS and the Future of Global Order*. Lanham: Lexington Books.
- TEITT, S. (2016). China and the Responsibility to Protect. In *AP R2P Brief*, Vol.6 (2).
- TENZER, N. (2013). L'Expertise International. In BALZACQ, T.; RAMEL, F. (2013). *Traité de Relations Internationales*. Paris: Sciences Po, Les Presses, pp. 1169-1182.

- THORTON, J. L., (2006). China's Leadership Gap. *Foreign Affairs*, 85 (6), pp. 133-140.
- TIERSKY, R. (2010). Europe and the Geopolitical Order. In TIERSKY, R.; OUDENAREN, J. V. (2010). *European Foreign Policies. Does Europe Still Matter?* Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., pp. 1-14.
- TSYGANKOV, A. (2006). *Russia's Foreign Policy. Change and Continuity in National Identity*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- WIJK, R. (2015). *How China and Russia Reshape the World. Power politics*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- WOLFERS, A. (1962). *Discord and Collaboration. Essays on International Politics*. Baltimore: The John Hopkins University.
- YVARS, B. (2010). EU Integration and other Integration Models. In BINDI, F. (2010). *The Foreign Policy of the European Union. Assessing Europe's Role in the World*. Washington, DC: Brookings Institution Press, pp. 273-289.
- ZAKARIA, F. (2008). *O Mundo Pós-Americano*. Lisboa: Gradiva.
- ZHANG JUN (2014). BRICS adds New Dynamism to International Relations. In Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. < http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/t1170274.shtml >.

Do autor

Marco António Baptista Martins

Professor de Relações Internacionais da Universidade de Évora. Director da Comissão Executiva e de Acompanhamento da Licenciatura em Relações Internacionais. Investigador Integrado do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP, FCT). Investigador Colaborador do Instituto do Oriente. Auditor em Política Externa Nacional pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. É Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Mestre em Relações Internacionais na área Pacífico, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Licenciado em Relações Internacionais, na especialidade na secção especializada em Relações Políticas e Culturais: Sociedade e Cultura Islâmica, Hindu e Budista, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Autor de obras nacionais e internacionais em matéria das Relações Internacionais, Geopolítica, Diplomacia, Sistema Internacional, BRICS, estudos sobre a República Popular da China, participa em conferências e seminários na área de investigação.